



Processo n.º: 3.274/2016-e.

Jurisdicionada: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram/DF).

Assunto: Representação.

Ementa: Representação n.º 01/2016-DA, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal – MPJTCDF, versando sobre possível irregularidade na solicitação de apoio financeiro para realização de eventos, feita pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram) a empresas privadas. Exame de admissibilidade. Decisão n.º 470/2016: tomar conhecimento da Representação n.º 01/2016-DA; fixar prazo para manifestação do Ibram e das empresas privadas indicadas na exordial acerca do teor da Representação, com fulcro no art. 195, § 6º, do RI/TCDF e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; dar conhecimento da Decisão que vier a ser proferida ao representante; e autorizar o envio de cópia de peças dos autos aos envolvidos e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Manifestação dos envolvidos. Sustentação oral de defesa realizada pelo representante legal da empresa JC Gontijo Engenharia S.A.. Decisão n.º 3.357/2016: devolução dos autos ao Gabinete do Relator, à vista dos argumentos apresentados pelo defendente, concedendo-lhe prazo para apresentação de memorial. Juntada de memorial. Análise de mérito da exordial, em cotejo com os esclarecimentos encaminhados. Decisão n.º 5.126/2016: tomar conhecimento das peças juntadas aos autos; considerar cumprida a diligência fixada no item II da Decisão n.º 470/2016 e procedente, no mérito, a Representação n.º 1/2016-DA; determinar a audiência da responsável indicada para que apresente suas razões de justificativa em função das irregularidades e questões apontadas, ante a possibilidade de aplicação de multa; dar ciência da decisão aos envolvidos; e autorizar o envio de cópia de peças dos autos à interessada, a fim de subsidiar a diligência, e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para os devidos fins. Ingresso de pedido de cópia dos autos formulado pela Aficam-DF. Despacho Singular n.º 576/2016 – GCIM: concessão do pleito. Encaminhamento de esclarecimentos. **Nesta fase:** análise das razões de justificativa prestadas em atenção ao item III da Decisão n.º 5.126/2016. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pela responsável, considerando-as procedentes; dar ciência aos interessados; e autorizar o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para fins de arquivamento. Parecer do MPJTCDF divergente, pugnando por: considerar insuficientes e insatisfatórios os argumentos apresentados pela justificante para, no mérito, julgar improcedentes as razões de justificativa ora examinadas; deliberar quanto à aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, e da penalidade indicada no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/94 à referida responsável, em face das irregularidades apontadas na Representação n.º 1/2016-DA e em face da gravidade dos fatos ora apurados; dar ciência da Decisão que vier a ser proferida nos autos à interessada; e autorizar o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para as providências de alçada. Fato superveniente: Ingresso de pedido de cópia da última instrução e do último parecer ministerial acostado aos autos, formulado pelo representante legal da empresa JC Gontijo Engenharia S.A.. Despacho Singular n.º 213/2017 – GCIM: concessão do pleito. VOTO parcialmente convergente com a unidade instrutiva.



Conhecimento das razões de justificativa encaminhadas, parcial procedência da justificativas, deixando de aplicar sanção regimental em face da baixa materialidade dos valores envolvidos, ciência da decisão aos interessados e arquivamento dos autos.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação n.º 01/2016-DA (e-DOC 5FE3B90D-e), oriunda do Ministério Público junto ao Tribunal – MPJTCDF, da lavra do i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, versando sobre possível irregularidade na solicitação de apoio financeiro para realização de eventos, feita pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram) a empresas privadas.

Na Sessão Ordinária n.º 4.842, de 17.02.2016, esta Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 470/2016** (e-DOC C25616AE-e), com o seguinte teor:

“I – tomar conhecimento: a) da Representação n.º 01/2016-DA (e-DOC 5FE3B90D-e), formulada pelo Parquet especial, versando sobre possível irregularidade na solicitação de apoio financeiro para realização de eventos, feita pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram) a empresas privadas, ante o preenchimento dos requisitos constantes do art. 195, § 1º, do RI/TCDF; b) da Informação n.º 24/2016-3ª Diacomp (e-DOC 25945A4D-e); II – conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram) e as empresas JC Gontijo Engenharia S.A. e Cimento Planalto S.A. – Ciplan apresentem esclarecimentos quanto ao teor da exordial, com fulcro no art. 195, § 6º, do RI/TCDF e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; III – dar ciência desta decisão ao Representante; IV – autorizar: a) o envio de cópia da Representação n.º 01/2016-DA, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Ibram e às empresas indicadas no item II, para auxílio no cumprimento da referida diligência; b) o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para os devidos fins.” (grifos acrescidos)

Na sequência, tendo por base os esclarecimentos juntados¹ aos autos e após a realização de sustentação oral de defesa² pelo representante legal da empresa JC Gontijo Engenharia S.A., o Plenário desta Casa exarou a **Decisão n.º 5.126/2016** (e-DOC 3326CE32-e), de 06.10.2016, nestes termos:

“I – tomar conhecimento: a) dos esclarecimentos prestados pelas empresas José Celso Gontijo Engenharia S.A. – JC Gontijo e Ciplan – Cimento Planalto S.A. em atenção ao disposto no item II da

¹ As empresas José Celso Gontijo Engenharia S.A. e Ciplan – Cimento Planalto S/A. encaminharam seus esclarecimentos acerca da matéria, em atenção ao disposto no item II da deliberação plenária supracitada (e-DOCs 54E4C177-c e C6E098FD-c, respectivamente). O Ibram encaminhou o Ofício n.º 100.000.395/2016 – PRESI/IBRAM e documentos anexos (e-DOC 361FFE1E-c).

² Por meio da **Decisão n.º 3.357/2016** (e-DOC FE3E1BB8-e), de 05.07.2016, “o Tribunal, por unanimidade, aprovou solicitação do Relator, no sentido de que fosse adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao seu gabinete, à vista dos argumentos apresentados pelo defendente, concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de memorial”.



Decisão n.º 470/2016 (e-DOCs 54E4C177-c e C6E098FD-c, nesta ordem); b) do Ofício n.º 100.000.395/2016 – PRESI/IBRAM e documentos anexos (e-DOC 361FFE1E-c), encaminhados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram), em cumprimento ao item II da Decisão n.º 470/2016; c) da Informação n.º 63/2016-3ª Diacomp (e-DOC 4170149C-e); d) da Informação n.º 65/2016-SEACOMP (e-DOC 59B775C3-e); e) do Parecer n.º 427/2016-DA (e-DOC 01363521-e); f) do Memorial apresentado pelo representante legal da empresa José Celso Gontijo Engenharia S.A. (e-DOC E98CE144-c); **II – considerar**: a) cumprida a diligência fixada no item II da Decisão n.º 470/2016; b) **procedente, no mérito, a Representação n.º 1/2016-DA**, tendo em conta que a solicitação de apoio financeiro promovida pelo Ibram-DF junto a empresas privadas que atuam sob a órbita de sua atividade jurisdicional fere o princípio constitucional da moralidade constante do “caput” do art. 37 da CF/88, reveste-se de conflito de interesses, contraria o disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/1992 e enquadra-se nas condições previstas no “caput” do art. 11 da mesma lei, constituindo ato de improbidade administrativa; **III – determinar a audiência da responsável indicada na Matriz de Responsabilidade (e-DOC F38A8F47-e)**, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa em função das irregularidades e questões apontadas a seguir, ante a possibilidade de aplicação da multa constante do art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994: **a)** solicitação de apoio financeiro promovida junto a empresas privadas; situação que fere o princípio constitucional da moralidade constante do “caput” do art. 37 da CF/88, reveste-se de conflito de interesses, contraria o disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/1992 (também conhecida como Lei da Improbidade Administrativa) e enquadra-se nas condições previstas no “caput” do art. 11 da mesma lei, constituindo ato de improbidade administrativa; **b)** comprovação da vantajosidade do dispêndio dos recursos recebidos a título de apoio financeiro, de modo a atestar que a aplicação do patrocínio se deu em conformidade com os objetivos para os quais foi solicitado e concedido; **c)** comprovação da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações adotadas para consecução do evento “Seminário de Integração”, em especial a sua adequação para promoção e aperfeiçoamento da gestão ambiental do Distrito Federal; **d)** razão para seleção dos participantes do evento “Seminário de Integração” restrita a apenas servidores comissionados do Ibram; **e)** decisão de deslocar 60 (sessenta) servidores a outra cidade (Novo Gama - GO), em detrimento das opções disponíveis no Distrito Federal, a exemplo da Escola de Governo do Distrito Federal e da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, cuja função é exatamente qualificar servidores públicos; **IV – dar ciência desta decisão ao Representante, ao Ibram e às empresas José Celso Gontijo Engenharia S.A. – JC Gontijo, Ciplan – Cimento Planalto S.A. e Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.;** **V – autorizar**: a) o envio de cópia da Informação n.º 63/2016-3ª Diacomp, do Parecer n.º 427/2016-DA, do relatório/voto do Relator e desta decisão à responsável mencionada no item III, a fim de subsidiar a diligência constante do item III; b) o retorno dos autos à



Secretaria de Acompanhamento - Seacomp/TCDF, para os devidos fins.” (grifos nossos)

No dia 21.11.2016, a entidade Associação dos Auditores Fiscais de Controle Ambiental do Distrito Federal – Aficam/DF requereu cópia integral dos presentes autos (e-DOC 3A4F055A-c). Por meio do **Despacho Singular n.º 576/2016 – GCIM** (e-DOC 70D625D7-e), o pedido foi deferido, *“em prol do princípio da publicidade, (...) nos termos previstos no art. 131 do novel RI/TCDF”*.

Naquele mesmo dia, a Sr^a. Jane Maria Vilas Bôas (Presidente do Ibram/DF) apresentou suas razões de justificativa (e-DOC 28CB0DE7-c), em atenção ao disposto no item III da Decisão n.º 5.126/2016.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 07/2017-3ª Diacomp (e-DOC 2CDE6C8C-e), após contextualizar o feito, examinou as razões de justificativa encaminhadas pela Sr^a. Jane Maria Vilas Bôas, da seguinte forma:

“III - Da audiência

6. *Em atenção ao item III da Decisão nº 5126/2016, a responsável pelo órgão ambiental encaminhou suas razões de justificativa (peça 77), cujos argumentos, todos com aporte em documentos anexos, sem prejuízo do entendimento geral, sintetizam-se a seguir:*

a) informa que

Provavelmente, não consta nos autos do processo eletrônico em epígrafe, que em janeiro de 2016, durante o ápice da crise financeira vivenciada pelo Distrito Federal, o IBRAM, que é uma entidade autárquica cuja missão é ampla é variada por envolver conhecimentos de química, física, engenharia civil, florestal e ambiental, biologia, geografia, veterinária, geologia, hidrologia, entre outros, se viu envolto numa série de dificuldades, frisa-se, desproporcionais, inclusive, a sua riqueza temática, o que gerou desfragmentação, burocracia dispensável e perda de capacidade de servir a sociedade.

b) que nesse contexto e com agravantes das condições de trabalho e orçamentárias, cabia, ainda, ao Ibram,

...elaborar o seu planejamento, para melhorar a sua atuação e a sua cultura organizacional, sem que isso, contudo, pudesse significar em impacto ou redução de suas atividades, de modo que a solução vislumbrada naquele momento foi a “sinergia” de esforços para a realização de um seminário de integração que pudesse ter como resultado o estabelecimento de um senso de solidariedade que permitisse convergência de trabalho, recursos, orçamento, além da ampliação dos resultados demandados e esperados pela sociedade, razão pela qual se optou pela realização de um encontro durante o final de semana para que não houvesse qualquer impacto sobre as atividades realizadas cotidianamente.

c) considerando a vedação de despesas pelo Decreto nº 36.471/2015, o respeito ao limite prudencial pela Lei de Responsabilidade Fiscal e da necessidade de não interromper suas atividades “foi solicitado apoio financeiro às empresas



Geo Logica Consultoria Ambiental LTDA, JC Gontijo e Ciplan, sendo que somente as duas primeiras apoiaram o evento com o pagamento da hospedagem e da alimentação.”;

d) informa que a ação baseou-se na experiência anterior de organizacional da Conferência Nacional do Meio Ambiente, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente com o patrocínio de empresas privadas e que contou com o aval, ainda que informal, de alguns órgãos como a Controladoria Geral do Distrito Federal;

e) que o valor arrecadado (R\$ 15.000,00) foi aportado diretamente ao Hotel Fazenda no Novo Gama e custeou a estadia de 60 (sessenta) pessoas, inclusas na diária o café da manhã, almoço e jantar, resultando em aproximadamente R\$ 100,00 por participante. E acrescenta que

“Na atual conjectura, nenhum lugar no Distrito Federal ou arredor oferece o mesmo tipo de serviço pelo montante diário citado, o que demonstra o custo-benefício da contratação, principalmente porque esta Autarquia não tem conhecimento de que as entidades destinadas a capacitação de servidores públicos, como a ENAP e a Escola de Governo, estejam preparadas para implementar a metodologia de imersão cujo sucesso depende da disponibilidade e do envolvimento em tempo integral dos participantes”

f) quanto à presença no evento apenas de servidores comissionados esclarece que

“Superada essa questão, cumpre mencionar que se optou por convidar os servidores comissionados, que no caso do Ibram são ocupados em sua grande maioria por servidores com profissões técnicas afins à missão do órgão e pertencentes às carreiras públicas do Distrito Federal, já que a dedicação integral permite a realização de trabalho nos finais de semana, sem remuneração de hora extra ou, pagamento de diárias”;

g) que foi enviado ofício às empresas patrocinadoras ressaltando “que a concessão de apoio não ensejaria nenhum privilégio além daqueles que seriam usufruídos por qualquer pessoa física, jurídica ou cidadão diante da melhoria da eficiência dos processos de trabalho do órgão.”;

h) que o evento resultou exitoso “principalmente sob o ponto de vista da economia (não gerou gasto público), da eficiência (produção de denso documento em curto espaço de tempo), da eficácia (definição dos processos de trabalho) e da efetividade (alinhamento interno e desburocratização), uma vez que a finalidade pública pretendida foi plenamente alcançada com a formulação do planejamento institucional.”;

i) afirma ter prestado esclarecimentos anteriores à CLDF e ao TCDF e diz que “Infelizmente, o evento suscitou também uma série de questionamentos. Provavelmente isso ocorreu pelo fato de que se parte do pressuposto de que todos os gestores públicos são desonestos. É bem verdade que a nossa



realidade muitas vezes não nos permite pensar de forma diferente, embora a generalização não seja a melhor opção.”;

j) afirma que

... o fato em análise – recebimento de apoio financeiro para a realização de evento público – não pode ser caracterizado como grave infração a norma regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial que pudesse justificar a atuação da Egrégia Corte de Contas e a imposição da penalidade prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94.

Isso porque não houve o envolvimento de recursos públicos já que em nenhum momento a Presidente ou o próprio IBRAM recebeu qualquer quantia em dinheiro, tendo o apoio financeiro sido feito diretamente pelas empresas ao Hotel Fazenda Vale das Cachoeiras, conforme consta no recibo emitido.

k) e continua dizendo que

Como se sabe, por força do artigo 70 da Constituição, a atuação do controle externo está circunscrita à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, de modo que o aporte financeiro de empresas privadas ao evento realizado pelo IBRAM não pode ser enquadrado em nenhuma das hipóteses citadas já que, de um modo geral, na fiscalização contábil se observa os registros contábeis, na financeira se verifica a entrada e a salda de dinheiro, na orçamentária se fiscaliza a correta execução do orçamento, na operacional se verifica o procedimento de arrecadação e liberação de verbas e na patrimonial se verifica a própria execução orçamentária no sentido de mudanças patrimoniais, que devem ser fiscalizadas permanentemente pelo Estado.

l) acrescenta que “como o IBRAM não recebeu nenhuma quantia em dinheiro, não houve qualquer tipo de incorporação ou alteração na sua receita que pudesse justificar uma atuação contábil, financeira, orçamentária e patrimonial.”;

m) no que tange à alegação de infração ao princípio da moralidade, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/92, são os esclarecimentos apresentados a seguir:

Como já foi explicado, a realização de um seminário de integração no final de semana – sem impacto no atendimento ao público, no correto desenvolvimento das atividades ordinárias e no orçamento – pareceu ser uma boa ideia, principalmente porque o patrocínio privado a eventos públicos ou que envolvam órgãos de natureza pública não é uma exceção, embora esta Presidência reconheça que algumas providências pudessem ter sido tomadas antes da realização do evento – para afastar qualquer tipo de questionamento – como a realização de chamamento público, por exemplo.

As falhas que porventura tenham acontecido, no entanto, não podem ser tachadas como ilegais ou violadoras dos princípios que norteiam a atuação da Administração Pública porque não houve má-fé, culpa ou dolo na conduta perpetrada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 3.274/16e

É por isso que não houve e nunca haverá nos autos do processo eletrônico em tela qualquer elemento probatório que demonstre enriquecimento ilícito, dano ao erário, desvio de poder, desvio de finalidade, violação a finalidade pública ou aos princípios norteadores da Administração Pública, uma vez que a iniciativa, que foi um ato de boa-fé, devidamente documentado, feito à luz do dia e com o conhecimento de todos os servidores do órgão e de diversas outras autoridades públicas, se deu justamente para melhorar atuação do órgão e visando economia de recursos públicos.

Nesse sentido, cumpre mencionar ainda que não há na legislação pátria qualquer norma legal que vede a solicitação de apoio financeiro a empresas privadas para a realização de eventos públicos ou que envolvam entidades de caráter público, de modo que não se pode aventar violação ao princípio da legalidade.

Tanto é verdade que o Poder Judiciário, que também se subordina aos mesmos princípios que regem a atuação do Poder Executivo, aceita e permite que congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares, promovidos por Tribunais, Conselhos de Justiça e Escolas Oficiais da Magistratura, com participação de magistrados, sejam patrocinados por entidades privadas com fins lucrativos, estabelecendo, apenas, que este tipo de subvenção não ultrapasse 30% dos gastos totais.

Nesse caso, o patrocínio privado não é tido como conflitante, em que pese a possibilidade real de tais Tribunais, Conselhos de Justiça ou Magistrados poderem atuar em qualquer demanda que tenham como interessados os patrocinadores desses eventos, de modo que para esses casos não se vislumbra conflito de interesses.

Não se vislumbra também como conflitos de interesses no nosso ordenamento jurídico a possibilidade dos Ministros dos Tribunais de Contas julgarem as contas de quem os indicaram (Presidentes ou Governadores), a possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário de demandas de interesse dos próprios magistrados ou, ainda, a possibilidade do órgão ambiental licenciar as obras públicas do ente público ao qual é vinculado. Nesses casos, entende-se que não há violação aos princípios que regem a Administração Pública.

No caso em exame, alega-se a existência de conflito de interesses com possível afronta ao primado da moralidade porque as empresas privadas que patrocinaram o evento atuam em atividades que requerem a emissão de licenciamento ambiental, o que poderia comprometer a independência e a imparcialidade.

No entanto, a complexidade inerente ao próprio ato de licenciar tem o condão de afastar, por si só esse tipo de alegação, principalmente em face da necessária atuação das diversas unidades orgânicas do órgão ambiental para que haja o deferimento ou não de uma licença ambiental, já que o procedimento, em regra, se inicia com a confecção de parecer técnico elaborado por servidores qualificados na matéria, que posteriormente é aprovado ou não pela Gerência responsável.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 3.274/16e

Após o aval do Gerente, a demanda é direcionada ao Coordenador, que aprova ou não as manifestações anteriores, encaminhando-a, em seguida, ao Superintendente.

Somente após a aprovação do posicionamento da área técnica pelo Superintendente é que o processo com a licença já confeccionada, quando for o caso, é encaminhado à Presidência do Instituto para mera assinatura, já que essa etapa se afigura como importante apenas para a correta configuração do ato administrativo.

Nesse ponto, cumpre mencionar mais uma vez que os gerentes, os coordenadores e o próprio Superintendente da área de licenciamento ambiental, em sua esmagadora maioria, integram a carreira de Atividades do Meio Ambiente, já que a política que se instituiu no âmbito desta Autarquia prima pela valorização dos servidores de carreira devido ao alto grau de comprometimento e do zelo que é inerente a cada servidor pelo seu próprio nome e da instituição.

Ainda nesse ponto, a Presidência esclarece que, embora haja divergências internas de posicionamentos, assim como ocorreu na análise do presente caso entre, de um lado, o nobre Relator do Voto, o Parquet especial e do outro, o Titular da Seacomp/DF, o papel do representante máximo do órgão ambiental quando se trata de licenciamento ambiental é de mera chancela, já que todo e qualquer deferimento ou indeferimento deve ser lastreado em posicionamento técnico devidamente fundamentado por expressa exigência legal.

Nesse sentido, a almejada punição pelo suposto risco de conflitos de interesses não se mostra razoável e proporcional, principalmente porque, além da representante do órgão sempre pautar os seus atos pela probidade, boa-fé e respeito aos posicionamentos técnicos, o papel da Presidência do Instituto quando se trata de licenciamento ambiental é meramente pro forma.

É bom frisar que no presente caso o suposto conflito de interesses invocado para impor uma medida restritiva de direitos a Presidente do IBRAM, que não se restringe à penalidade de multa já que é possível também a aplicação da penalidade de inabilitação, é baseado no risco hipotético de favorecimento a tais empresas.

Risco esse infundado já que no âmbito do IBRAM os processos são ordenados de acordo com a ordem cronológica (ordem de entrada do documento do órgão), de modo que as priorizações somente ocorrem por expressa determinação legal, judicial ou quando há forte interesse social ou grave risco de dano ambiental.

(...)

Inclusive, nunca é demais frisar que desde a realização do evento, os processos afetos às empresas que aceitaram cooperar com a realização do seminário receberam o mesmo tratamento dado aos demais interessados, conforme pode ser verificado no histórico de movimentação dos processos de interesse das empresas citadas, até porque os servidores lotados nesta Autarquia não pactuam e jamais pactuarão com qualquer tipo de conduta tida como suspeita.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Destaca-se, ainda, que o ordenamento jurídico brasileiro não tipifica o risco de conflito de interesses, nem considera tal hipótese como violadora do primado da moralidade. Se fosse assim, haveria vedação legal expressa quanto a possibilidade de julgamento das contas dos presidentes e governadores pelos Ministros por eles indicados para os Tribunais de Contas, assim como haveria vedação legal para o patrocínio privado de eventos do Poder Judiciário já que todos nós somos litigantes em potencial.

Nesse ponto, cumpre mencionar que para haver o enquadramento de qualquer conduta na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) deve haver subsunção do fato a pelo menos uma das três hipóteses previstas na norma: enriquecimento ilícito (art.9º), dano ao erário (art. 10) e violação aos princípios norteadores da Administração Pública (art. 1º).

No presente caso, não se questiona a impossibilidade de enquadramento do apoio financeiro prestado pelas empresas privadas ao evento realizado pelo IBRAM às hipóteses previstas nos artigos 9º e 10 da Lei nº 8.429/92.

No que tange à terceira hipótese, no entanto, vale a pena a transcrever as disposições contidas do artigo 11 para que seja possível uma, melhor reflexão sobre a matéria. Vejamos:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

Sobre o dispositivo acima transcrito, há vários autores que questionam a sua generalidade. Maria Amélia Lourenço Barbosa, por exemplo, ressalta que o “caput é demasiado aberto, lacunoso, levando-se, a princípio, ao entendimento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

que qualquer conduta ilegal poderia ser enquadrada na LIA, a despeito da análise do elemento subjetivo”.

A doutrina e a jurisprudência, no entanto, entende majoritariamente que o dolo e a má-fé são essenciais para a caracterização do ato tipificado no artigo 11, principalmente, em face do rol não taxativo previsto em seus incisos.

O advogado e professor Márcio Cammarosano, citado por Maria Amélia Lourenço Barbosa, faz alguns importantes esclarecimentos:

A propósito, cabe advertir que ao legislador não é dado alargar o conceito como melhor lhe aprouver, como se nada o limitasse, nem restringi-lo tanto a ponto de amesquinhar o preceito constitucional.

*Mas o que verificamos, procedendo ao exame da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, é que ela, na sua letra, vai longe demais, prescrevendo constituir também ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, mesmo culposa, que enseja perda patrimonial de entidades referidas no seu art. 1º (art. 10), **exigindo mesmo do intérprete e aplicador muita prudência para que não considere também, em face do disposto no art. 11. caput, ato de improbidade qualquer comportamento ou ato ofensivo à lei, decorrente de mero erro de fato ou de direito. Para nós só se pode falar em improbidade em face de imoralidade especialmente qualificada pelo atuar de forma desonesta, corrupta, dolosamente, portanto.***

O entendimento transcrito traz duas considerações importantes: 1º) o aplicador deve ter prudência na aplicação do mencionado dispositivo já que não é qualquer comportamento ou ato ofensivo a lei que caracteriza o ato de improbidade, excluindo-se, assim, o mero erro de fato ou de direito; 2º) a improbidade decorrente da imoralidade somente se configura quando a atuação for desonesta, corrupta e dolosa.

Sobre o primeiro ponto, o próprio Superior Tribunal de Justiça decidiu que “no caso específico do art. 11, é necessária cautela na exegese das regras nele insertas, porquanto sua amplitude constitui risco para o intérprete induzindo-o a acoimar de improbas condutas meramente irregulares, suscetíveis de correção administrativa, posto ausente a má-fé do administrador público e preservada a moralidade administrativa”.

No que tange ao segundo aspecto, impende mencionar que a moralidade insculpida no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92, que orienta o agir administrativo, traz consigo dois aspectos que lhe são inerentes: a boa-fé e o dever de probidade.

Para Cíntia Zaira Messias de Lima “a boa-fé objetiva exige da Administração postura honesta, leal e de consideração para com os interesses de terceiros” enquanto a probidade “obriga todo administrador público a pautar sua conduta de acordo com a honestidade, a retidão de caráter e a justiça, uma antítese à conduta corrupta”.

Na hipótese em análise, o anseio e a busca pela melhoria contínua dos processos de trabalho do órgão ambiental e pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

estabelecimento de diretrizes de ação evidenciam a boa-fé da Presidência do IBRAM, que não mentiu, omitiu ou dissimulou, tendo feito tudo às claras e documentado, falado e provado sempre a verdade, o que demonstra a sua honestidade e lealdade.

Além disso, não paira sobre esta gestão qualquer indício desabonador, tanto sobre o aspecto profissional ou pessoal, o que explicita a retidão de caráter e a justiça de suas ações. É claro que quem é corrupto, obviamente, não age dessa forma já que a sua conduta é pautada na omissão, na mentira, no locupletamento e no desvio ético e de dinheiro.

Antunes Rocha lembra, no entanto, que quando se fala de moralidade administrativa talvez “mais se pense em sua face inversa, na perversão de seus elementos, em seu descumprimento, que é a corrupção administrativa”, ou seja, na imoralidade administrativa que é tipificada pela lei como ato improbo.

Na clássica afirmação de José Afonso da Silva “a improbidade administrativa é uma imoralidade qualificada pelo dano ao erário e correspondente vantagem ao ímprobo ou a outrem”.

Na hipótese, sabidamente, não houve dano ao erário, enriquecimento ilícito ou a aferição de qualquer vantagem seja no que tange à Presidente do IBRAM ou às empresas privadas envolvidas no apoio financeiro destinado a realização do seminário de integração.

Não houve também qualquer intenção ou mesmo a violação da moralidade administrativa, bem como dos demais princípios que regem a Administração Pública, não havendo desvio de finalidade já que não foi praticado ato visando fim diverso do previsto, atentado ao interesse público ou desvio de poder.

No presente caso, inclusive, não pode haver subsunção do fato à norma de improbidade ou alegação de violação da moralidade em abstrato porque não há dolo, culpa ou má-fé.

A comprovação do elemento subjetivo é imprescindível para o enquadramento de qualquer conduta no artigo 11 da Lei no 8.429/92, ainda que se trate de mandamento principiológico.

n) e cita enunciados atualizados do Superior Tribunal de Justiça e do TJDF (fls. 21 a 26 da peça 77) para dizer, com base nesses julgados, que:

À luz da jurisprudência nacional e distrital mais abalizada, entende-se que a ação de solicitação de apoio financeiro feito pelo IBRAM a empresas privadas para a realização de evento focado no atendimento do interesse público não pode ser caracterizado como violação à moralidade administrativa ou ao artigo 11 da Lei nº 8.429/92 por se tratar de

(i) no máximo, de mera irregularidade, uma vez que não há vedação legal expressa, sendo suscetível, portanto, de correção administrativa que pode ser consubstanciada no ato de se abster de repetir o ato ou se o fizer, lançar edital de chamamento público, como é feito em outras unidades da federação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

(ii) conduta desprovida de má-fé, que é a premissa do ato ilegal e ímprobo, sendo que a ilegalidade só adquire o status de improbidade quando a conduta antijurídica ferir os princípios constitucionais da Administração Pública coadjuvados pela má-intenção do administrador;

(iii) ato praticado sem dolo genérico - "vontade de realizar fato descrito na norma incriminadora", elemento indispensável para as imputações fundadas nos arts. 9º e 11 da Lei 8.429/1992 (enriquecimento ilícito e violação a princípio);

(iv) intenção de punição de suposto ato de improbidade sem a efetiva demonstração da existência de uma conduta ímproba ou dolosa, baseada apenas no mero risco de conflito de interesses sem qualquer demonstração real ou probatória, sendo que no caso do art. 11, não basta uma simples alusão à lesão de princípios administrativos, deve haver comprovação;

(v) intenção punitiva evitada de abstratividade já que não se pode afirmar que a conduta descrita se amolda como ato de improbidade administrativa;

(vi) apoio financeiro que não resultou na incorporação ou alteração da receita ou recurso do órgão ambiental que pudesse justificar uma atuação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, uma vez que em nenhum momento a Presidente ou o próprio IBRAM recebeu qualquer quantia em dinheiro, já que o montante aportado foi pago diretamente pelas empresas ao Hotel Fazenda Vale das Cachoeiras, conforme consta no recibo emitido, de modo que não houve o envolvimento de recursos públicos;

(vii) procedimento encampado sem a correta observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que não foi oportunizada a uma das empresas citadas qualquer direito de manifestação, embora ela pudesse trazer aos autos algum elemento ou dado importante para a confecção da defesa da matriz de Responsabilidade, principalmente por se tratar de procedimento que pode resultar na aplicação de medida restritiva de direitos e da constante invocação de risco de conflito de interesses, de violação da imparcialidade e da independência.

o) por derradeiro postula seus pedidos para que, preliminarmente, seja ouvida a Geo Lógica Consultoria Ltda. e que no mérito seja arquivada a presente representação em razão da ausência de infringência a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, notadamente no que tange à ausência de intenção ou de violação do primado da moralidade ou ao artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa. E, caso o TCDF não acompanhe esta sugestão, que seja aplicada penalidade de advertência, uma vez que a conduta não pode ser considerada ímproba.

IV - Análise

7. Antes mesmo de adentrar ao mérito discutido, cabe lembrar que a Decisão nº 470/2016 (peça 08) destes autos eletrônicos, em seu item II, assim rezou: "II – conceder o prazo de 30 (trinta) dias



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

para que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram) e as empresas JC Gontijo Engenharia S.A. e Cimento Planalto S.A. – Ciplan apresentem esclarecimentos quanto ao teor da exordial, com fulcro no art. 195, § 6º, do RI/TCDF e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa”.

8. *Foi excluída do rol de empresas chamadas a se manifestar nos autos a Geo Lógica Consultoria Ltda., participante entre as patrocinadoras, ao lado de JC Gontijo Engenharia S.A., sendo que a Ciplan não concedeu patrocínio ao Ibram. Ressalte-se que o TCDF já tinha conhecimento da participação da Geo Lógica desde o recebimento do Ofício nº 100.000.395/2016-PRESI/IBRAM (Peça 19).*

9. *Ao Prolatar a Decisão nº 5126/2016 (peça 54) o TCDF resolveu:*

I – tomar conhecimento: a) dos esclarecimentos prestados pelas empresas José Celso Gontijo Engenharia S.A. – JC Gontijo e Ciplan – Cimento Planalto S.A. em atenção ao disposto no item II da Decisão n.º 470/2016 (e-DOCs 54E4C177-c e C6E098FD-c, nesta ordem); b) do Ofício n.º 100.000.395/2016 – PRESI/IBRAM e documentos anexos (e-DOC 361FFE1E-c), encaminhados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (Ibram), em cumprimento ao item II da Decisão n.º 470/2016; c) da Informação n.º 63/2016-3ª Diacom (e-DOC 4170149C-e); d) da Informação n.º 65/2016-SEACOMP (e-DOC 59B775C3-e); e) do Parecer n.º 427/2016-DA (e-DOC 01363521-e); f) do Memorial apresentado pelo representante legal da empresa José Celso Gontijo Engenharia S.A. (e-DOC E98CE144-c).

10. *Persiste razão pois a responsável quando aponta, preliminarmente, que não foi concedida a oportunidade para a empresa Geo Lógica se manifestar nos autos, em afronta ao princípio do contraditório e da ampla defesa. Esta omissão será comentada mais adiante.*

11. *A Decisão nº 5126/2016 (peça 54), determinou a audiência da responsável para apresentação de suas razões de justificativa em função das irregularidades e questões apontadas a seguir, ante a possibilidade de aplicação da multa constante do art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994:*

a) solicitação de apoio financeiro promovida junto a empresas privadas; situação que fere o princípio constitucional da moralidade constante do “caput” do art. 37 da CF/88, reveste-se de conflito de interesses, contraria o disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/1992 (também conhecida como Lei da Improbidade Administrativa) e enquadra-se nas condições previstas no “caput” do art. 11 da mesma lei, constituindo ato de improbidade administrativa; b) comprovação da vantajosidade do dispêndio dos recursos recebidos a título de apoio financeiro, de modo a atestar que a aplicação do patrocínio se deu em conformidade com os objetivos para os quais foi solicitado e concedido; c) comprovação da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações



adotadas para consecução do evento “Seminário de Integração”, em especial a sua adequação para promoção e aperfeiçoamento da gestão ambiental do Distrito Federal; d) razão para seleção dos participantes do evento “Seminário de Integração” restrita a apenas servidores comissionados do Ibram; e) decisão de deslocar 60 (sessenta) servidores a outra cidade (Novo Gama - GO), em detrimento das opções disponíveis no Distrito Federal, a exemplo da Escola de Governo do Distrito Federal e da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, cuja função é exatamente qualificar servidores públicos;

IV.1- Da solicitação de apoio financeiro, agressão ao Princípio da Moralidade e cometimento de ato de improbidade (letra a)

12. Das informações prestadas pela Presidente do Ibram, somadas aos elementos já constantes nos autos, pode se inferir quanto à prática do ato inquinado (tomamento de patrocínio junto a empresas privadas) que:

- a) não havia, à época do ato, vedação legal para tanto e, ainda, vários outros órgãos, inclusive do Judiciário, se utilizam da mesma prática para realização de seus eventos. Não houve ilegalidade cometida;
- b) os recursos privados foram locados junto a outro ente privado, sequer adentrando aos cofres públicos. O montante aportado foi pago diretamente pelas empresas ao Hotel Fazenda Vale das Cachoeiras);
- c) os recursos oriundos de patrocínio foram utilizados para custear despesas de hospedagem de servidores para a realização de um evento cuja finalidade foi a realização do planejamento estratégico do órgão. Os autos não comprovam que os participantes estiveram presentes para atividades de lazer ou diversas do fim proposto;
- d) não se demonstrou nos autos prática de qualquer ato favorecendo as empresas patrocinadoras de qualquer maneira que alcançasse seus interesses particulares;
- e) não estão presentes os elementos constantes do artigo 9º e 11 da Lei nº 8.492/1992 (enriquecimento ilícito ou agressão a princípio).

13. Ao considerar que o recebimento de patrocínio levaria ao favorecimento das empresas que o concederam, em afronta ao Princípio da Moralidade e cometimento de ato improprio, o Tribunal parte de um entendimento Teleomático, ou seja, ao investigar percebeu que certas características do fenômeno estudado (prática do ato de receber patrocínio) apresenta uma tendência a se concretizar em uma mudança para um estado final (favorecimento indevido do particular), ao inferir que ele necessariamente se desenvolverá rumo a este termo. E assim consta do Voto Embasador da Decisão nº 5126/2016:

...o risco de conflito de interesses entre o público e o privado, decorrente do recebimento de recursos provenientes de empresas particulares para o desenvolvimento de atividades



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 3.274/16e

próprias do Ibram 'ante a possibilidade de o Instituto priorizar o atendimento de interesse do particular em detrimento do objetivo maior para o qual a Autarquia foi criada, qual seja, defender o interesse da sociedade do Distrito Federal como órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos.'

14. *Todavia, não há nos autos prova ou indício de que este termo (favorecimento) tenha sido alcançado. Portanto, é temeroso estipular punição sobre suposto ato de improbidade sem a efetiva demonstração da existência de uma conduta improba ou dolosa, baseada apenas no mero risco de conflito de interesses, sem qualquer demonstração real probatória. Ressalte-se que nem mesmo ilegalidade se deu neste caso em exame, posto que norma vedando explicitamente o patrocínio privado a eventos públicos somente foi editada posteriormente e não pode retroagir para alcançar a responsável.*

15. *Voltando à discutida Moralidade, não houve agressão ao Princípio **EM REALIDADE**. O ato que virtualmente tinha **POTÊNCIA** para ser danoso ao invocado Princípio da Moralidade, caso se verificasse nos autos o favorecimento vislumbrado, não se concretizou na forma estabelecida nos fundamentos da Decisão. Ao contrário, do ato praticado pela responsável resultou ação em benefício do órgão público e de toda a sociedade, como será comentado mais adiante. O Ato não se constituiu agressivo ao Princípio da Moralidade, muito pelo contrário, harmoniza-se com o princípio do Bem Comum, como veremos.*

16. *Aristóteles, em sua Ética a Nicômaco³, afirmava que o Bem em si mesmo é o fim a que todo ser aspira, resultando na perfeição, na excelência, na arte ou na virtude. Todo ser dotado de razão aspira ao Bem como fim que possa ser justificado pela razão. Para se compreender a noção de bem (bondade das coisas), a noção de finalidade representa um papel fundamental.*

17. *E, ainda, se formos considerar o risco de conflito de interesse por um provável favorecimento, temos que lembrar que os Auditores Fiscais de Controle Ambiental tem independência técnica para emitir seus relatórios o que minimiza a influência, em tese, do gestor maior, em suas decisões, consoante preconiza a Carta Distrital.*

Art. 19. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, transparência, eficiência e interesse público, e também ao seguinte: (Caput com a redação da Emenda à Lei Orgânica nº 80, de 2014.)

[...]

³Em Aristóteles, toda racionalidade prática é teleológica, quer dizer, orientada para um fim (ou um bem, como está no texto). À Ética cabe determinar a finalidade suprema (o *summum bonum*), que preside e justifica todas as demais, e qual a maneira de alcançá-la. Essa finalidade suprema é a felicidade (eudaimonia), que não consiste nem nos prazeres, nem nas riquezas, nem nas honras, mas numa vida virtuosa [1]. A virtude, por sua vez, se encontra no justo meio entre os extremos, e será encontrada por aquele dotado de prudência (phronesis) e educado pelo hábito no seu exercício.



XXIII – aos integrantes da **carreira Fiscalização e Inspeção** é garantida a **independência funcional no exercício de suas atribuições**, exigido nível superior de escolaridade para ingresso na carreira. (Inciso acrescido pela Emenda à Lei Orgânica nº 21, de 1997.)

18. As razões apresentadas pela Presidente do Ibram também apontaram para esta independência e qualidade técnica dos documentos elaborados e ressalta o papel meramente de chancela de suas ações no que pertine às fiscalizações realizadas pelos técnicos do órgão ambiental.

19. Pretende pois o TCDF apenas responsável por agressão a Princípio de Direito, insculpido na Carta Federal, apenas baseado no temor de que algo possa acontecer e que este algo seja contrário à moralidade administrativa, mesmo que não se tenha dado a situação fática temida? Vale lembrar Guastini⁴ que coloca luzes no caminho do intérprete da norma, dizendo que, sobre seu conteúdo normativo, muitos princípios são normas teleológicas ou podem ser reformulados em forma teleológica; não prescrevem um comportamento preciso, mas encomendam a obtenção de um fim. Seriam dessa espécie os muitos formulados na Constituição.

20. O mesmo autor ainda afirma que conflitos entre princípios (no caso examinado o Princípio da Moralidade e o Princípio do Bem Comum) resolvem-se mediante a ponderação dos próprios princípios, no caso concreto. E que demanda uma operação intelectual, sob a luz da lógica, para ponderar considerando que os elementos de suporte fático envolvidos sobreponham-se, que se estabeleça uma hierarquia axiológica entre os princípios (juízo de valor entre os princípios) e, ao eleger aquele que se considera de maior valor, prevalece este e deixa-se de lado o outro.

21. Note-se que para eleger então o de maior valor, não se considera apenas o princípio em abstrato, mas analisa-se o impacto no caso concreto. Isto faz com que a hierarquia entre os princípios seja móvel dependendo da particularidade de cada caso.

22. Esclareça-se que não se trata, portanto, de se tomar o pensamento que corriqueiramente se atribuiu ao Filósofo Florentino a partir da interpretação de sua obra “Il Principe”, que “os fins justificam os meios” ou, em uma melhor interpretação, “se os fins forem bons, os meios são justificáveis”. Mas a análise principiológica proposta por Guastini diz exatamente o oposto que fins e meios tem de ser valorados pelo Juiz, que estabelecerá a hierarquia para cada caso em concreto.

23. Comentado o pensamento do Jurista, há que se acrescentar entre os elementos de saber que orientarão o crivo julgador, o pensamento a partir do Direito Natural e seus princípios. Destacando-se que, no caso concreto examinado—obtenção de patrocínio privado para realização de um evento de órgão público—, o Bem Comum foi alcançado com a atuação da agente pública. Este é,

⁴GUASTINI, Ricardo. Distinguendo. Estudios de teoría y metateoría del derecho. Trad. Jordi Ferrer i Beltrán. Barcelona: Gedisa, 1999.



portanto, o processo que orientará o juízo que deverá ser feito pelo Julgador. Decidir valorativamente entre duas situações, resultantes do ato praticado pela gestora, quais sejam:

- a) exposição ao risco de favorecimento de empresas privadas;
e*
- b) obtenção de uma melhoria na gestão do órgão público em benefício de toda a sociedade, sem prática de ato ilegal.*

24. Observa-se, assim, que a homenagem ao princípio do bem comum produziu resultados concretos; já a agressão ao princípio da moralidade não os produziu. Portanto, prevalece o primeiro.

25. Pelo exame das razões de justificativa encaminhadas, bem como dos documentos que lhe deram suporte fático, e à luz da doutrina e da jurisprudência, podemos então concluir e sugerir ao Plenário que, no que respeita à letra “a” do item III da Decisão nº 5126/2016, as informações e justificativas apresentadas podem ser consideradas procedentes e afastam a ocorrência de ato improbo, bem como, a aventada agressão ao Princípio da Moralidade encontra-se, no caso em exame, superada pelo amparo da ação no Princípio do Bem Comum.

IV.2- sobre a vantajosidade do dispêndio, conformidade da aplicação, economicidade, eficácia, eficiência e efetividade (letras “b” e “c”)

26. Considerando-se o teor das letras “b” e “c” do item III da Decisão nº 5126/2016, procederemos à análise conjunta das razões de justificativa, sobre estes aspectos. Transcrevam-se as letras “b” e “c” referidas:

“b) comprovação da vantajosidade do dispêndio dos recursos recebidos a título de apoio financeiro, de modo a atestar que a aplicação do patrocínio se deu em conformidade com os objetivos para os quais foi solicitado e concedido; c) comprovação da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações adotadas para consecução do evento “Seminário de Integração”, em especial a sua adequação para promoção e aperfeiçoamento da gestão ambiental do Distrito Federal;”

27. Segundo as informações prestadas, o Ibram não recebeu nenhuma quantia de dinheiro das patrocinadoras. Não houve, portanto, movimentação em sua conta contábil. Os valores foram depositados pelas patrocinadoras diretamente na conta do Hotel Fazenda que sediou o evento, consoante as notas fiscais encaminhadas. Assim, comprova-se que não houve dispêndio de recursos públicos, pois esses recursos nunca pertenceram ao Estado, mas foram desembolsos de particular para particular.

28. Todavia, mesmo não tendo despendido recursos o Ibram teve um aumento do seu ativo patrimonial intangível, com elaboração de um documento de gestão ou, mais que isto, uma ferramenta de gestão organizacional, qual seja, o planejamento operacional da entidade de fiscalização ambiental.



29. Portanto, há tão somente que se falar em ganho patrimonial, ação econômica e eficiente e eficaz. Como bem destacou a responsável a ação atendeu aos requisitos da “economia (não gerou gasto público), da eficiência (produção de denso documento em curto espaço de tempo), da eficácia (definição dos processos de trabalho) e da efetividade (alinhamento interno e desburocratização), uma vez que a finalidade pública pretendida foi plenamente alcançada com a formulação do planejamento institucional”. Se foi efetiva, somente o tempo poderá dizer a partir de avaliação da melhoria da gestão diretamente relacionada à implantação de um planejamento. E isto é o que comumente se espera de organizações que planejam sua estratégia.

30. Da leitura do documento encaminhado pelo órgão ambiental, pode se dizer o seguinte.

31. Tendo como ponto de partida o Mapa Estratégico do GDF, o Ibram situa-se na célula “Garantir Proteção e Uso Sustentável do Meio Ambiente”. Sua atuação deverá criar a sinergia e o congregamento de suas ações e de seus servidores para “devolver” ao GDF produtos, serviços e resultados de forma a atender ao seu papel estratégico no Governo. É imprescindível que o órgão ambiental planeje sua atuação para agir com economicidade, eficiência, eficácia e ser efetivo no seu desempenho.

32. Lendo o Mapa Estratégico do Ibram, temos que sua Missão foi estabelecida como “Garantir a Proteção e o Uso Sustentável do Meio Ambiente”, em harmonia com o seu papel estabelecido na estratégia do GDF.

33. A partir da Missão, Visão e Valores se constrói o restante do Mapa Estratégico, estabelecendo-se os objetivos estratégicos que, no caso do Ibram foram divididos em Objetivos de Resultados Institucionais, Objetivos de Processos Internos e Objetivos de Melhoria de Pessoas.

34. A partir do conhecimento da estratégia (longo prazo) reuniram-se os servidores do Ibram para definir a atuação (plano operacional) para o curto prazo (2016). Para tanto, consideraram-se seus Eixos Integradores, Grandes Demandas e Questões de Maior Pressão Social e Política e elaboraram suas metas e plano de acompanhamento. Não se vislumbra reparos nas ações de planejamento empreendidas.

35. Assim, pode o TCDF considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas diante das letras “b” e “c” do item III da Decisão nº 5126/2016.

IV.3- Razão para seleção dos participantes do evento “Seminário de Integração” restrita a apenas servidores comissionados do Ibram e do deslocamento para o Novo Gama-GO, em detrimento das opções disponíveis no Distrito Federal (letras “d” e “e”)

36. Da leitura das razões de justificativa temos que o convite somente para servidores em cargo comissionado está devidamente esclarecido em razão das funções técnicas exercidas e possibilidade

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 3.274/16e

do trabalho com dedicação integral sem a necessidade de remuneração extraordinária. Ademais, acrescente-se a isso o fato de que se trata da elaboração de um documento que norteará a gestão do órgão ambiental, por consequente, o recomendado é que os servidores ocupantes de cargos e funções relacionados diretamente à área gerencial participem massivamente dos trabalhos. Ressalte-se que esse foi o procedimento adotado nesta Casa pelas várias vezes em que o signatário desta peça foi responsável pelos trabalhos de coordenação dos planejamentos estratégico e operacional. Na ocasião foi facultada a participação dos demais servidores, não ocupantes de cargos de gerência ou assessoramento, mediante a resposta a questionários a eles encaminhados durante a realização das ações de planejamento.

37. In casu, os servidores do Ibram se reuniram das 19 horas do dia 22 até às 19 horas do dia 24 de janeiro, consoante tabela de atividades encaminhada nas razões de justificativa. Não consta dos autos prova de que os servidores viajaram para pescar, andar a cavalo ou praticar atividades de lazer no período. Outrossim, a fiscalização da correição do gasto interessaria a quem destinou os recursos que, ressalte-se, nunca foram públicos, mas recursos particulares, pagos a particulares que resultaram em um acréscimo ao ativo intangível, na forma do produto planejamento operacional do Ibram.

38. Sobre a metodologia de imersão reputa-se como altamente recomendada pois evita-se a dispersão com outras atividades cotidianas bem como chegadas ou saídas fora do horário estabelecido. E quanto a escolha do Hotel Fazenda, a responsável aduziu que buscou-se um local que oferecesse o menor custo, tendo o Hotel Fazenda situado no Novo Gama atendido a esse critério, após a realização de cotação em outros locais que ofertam esse tipo de serviço no Plano Piloto e arredores. Também disse que à época não havia imóvel adequado ou disponível nos próprios do GDF que pudesse ser utilizado para o evento em comento.

39. Demonstrou-se o baixo custo da hospedagem com pensão completa (aproximadamente R\$ 100,00) e que a Autarquia não tem conhecimento de que as entidades destinadas a capacitação de servidores públicos, como a Enap e a Escola de Governo, estejam preparadas para implementar a metodologia de imersão cujo sucesso depende da disponibilidade e do envolvimento em tempo integral dos participantes.

40. De todo modo, apesar de não justificar a escolha adequadamente, vez que não trouxe informações que tenha consultado outros espaços públicos para sua realização, entendemos que por estar a escolha dentro do perfil da discricionariedade do Administrador, que é razoável o valor desembolsado com a diária e por se tratar de recursos de particular para particular afasta-se a necessidade de maior investigação sobre preços. Pode o TCDF considerar procedente a justificativa em razão das letras “d” e “e” do item III da Decisão 5126/2016.” (grifos do original)



Ao final da instrução, foram lançadas as seguintes conclusões acerca da matéria:

“41. Analisaram-se as Razões de Justificativa apresentadas pela Sr. Jane Maria Vilas Bôas por força do item III da Decisão nº 5126/2016. A partir dos argumentos submetidos à luz da doutrina e da Jurisprudência informada pela responsável temos por procedentes suas razões, afastando-se a possibilidade da multa preconizada no artigo 57, inciso II da Lei Complementar nº 01/94.

42. Sobre o pedido que faz a responsável para que seja ouvida, preliminarmente, a empresa Geo Lógica, em atenção ao contraditório e à ampla defesa, entendemos que, caso o TCDF acolha as sugestões da Unidade Técnica, tomando como procedentes as razões de justificativa, não haverá necessidade de ouvir-se a citada empresa. Porém, no caso de divergir desta Unidade Técnica, deverá a eg. Corte atentar para a observância dos citados princípios e facultar à empresa em questão seu pronunciamento nos autos, antes de se manifestar sobre o mérito.”

Ante o exposto, sugeriu-se ao Tribunal:

“I - conhecer das razões de justificativa (peça 77) apresentadas pela responsável nominada na Matriz de Responsabilidade (peça 22) para considerá-las procedentes;

II - autorizar:

a) a ciência dos interessados;

b) o retorno dos autos à Seacomp para fins de arquivamento.”

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor da 3ª Divisão de Acompanhamento – 3ª Diacomp/TCDF e do titular da Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF (e-DOCs 2CDE6C8C-e e 0E654DF3-e, respectivamente).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto a este Tribunal – MPJTCDF, por meio do Parecer n.º 194/2017–DA (e-DOC 2F62B1EE-e), após contextualizar o feito, manifestou-se de forma divergente da instrução, assim:

*“7. Preliminarmente, entendo superada a questão preliminar suscitada pela justificante quanto à oitiva da empresa **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.**, que não teria sido chamada a se manifestar nos autos, apesar de ter contribuído com **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) para a realização do evento “Seminário de Integração”, fato que somente foi conhecido pelo Tribunal após os esclarecimentos obtidos em resposta ao item II da Decisão n.º 470/2016.*

*8. Conforme exposto no Voto condutor da Decisão n.º 5.126/2016 (e-doc DEAD9BB7-e), os esclarecimentos fornecidos pelo IBRAM e pelas empresas **JC Gontijo Engenharia S/A** e **Cimento Planalto S.A. – Ciplan**, em atenção à Decisão n.º 470/2016, mostraram-se suficientes e bastantes para demonstrar que, de fato, houve*



solicitação de apoio financeiro a **03 (três) empresas privadas** para a realização do aludido evento, sendo que apenas as empresas **JC Gontijo Engenharia S/A** e **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.** atenderam ao pleito, contribuindo com **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) e **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), respectivamente, enquanto a **Cimento Planalto S.A. – Ciplan** não teria participado com aporte financeiro.

9. Portanto, as informações e elementos carreados aos autos não deixam dúvidas de que a solicitação de apoio financeiro ocorreu e que houve contribuição privada para a realização do evento “Seminário de Integração”. Nesse contexto, ainda que uma das empresas patrocinadoras não tenha sido chamada a se manifestar nos autos, considero que eventuais esclarecimentos porventura fornecidos pela empresa **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.** não deverão trazer elementos desconhecidos do Tribunal, não se fazendo necessária, portanto, a audiência da citada empresa, podendo o Tribunal decidir com base na documentação apresentada em sede de razões de justificativa.

10. Antes de passar ao exame das alegações apresentadas pela **Sra. Jane Maria Vilas Bôas**, entendo importante destacar os termos da resposta da **Cimento Planalto S.A. – Ciplan** ao apoio financeiro solicitado pelo IBRAM. Por meio do Ofício n.º 03/2016 – Jurídico, de 25.01.2016, anexado às razões de justificativa carreadas aos autos, a citada empresa declara que “(...) Com a grave situação econômica que atravessa o país, o aumento das taxas de desemprego e de impostos, **entendemos que nosso apoio financeiro à sociedade é mantermo-nos rigorosamente em dia com nossas obrigações financeiras perante nossos funcionários e fornecedores, além do recolhimento, também em dia de tributos e taxas determinadas pelo poder público.** Por fim, ressaltamos que **não patrocinamos ou oferecemos apoio financeiro e nunca o fizemos, seja a este d. IBRAM ou a qualquer órgão administrativo do Distrito Federal ou de outros Estados da Federação**” (grifei).

11. Extraí-se dessa resposta conduta que, no sentir deste representante ministerial, deveria ser prática rotineira em todas as empresas que tratam com a Administração Pública. Ao se verem expostas a situações como a examinada no presente feito – solicitação de apoio financeiro para realização de evento para desenvolvimento de atividades próprias de órgão público, as empresas consultadas deveriam se eximir desse tipo de ato, resguardando, assim, a integridade de suas atuações empresariais e comerciais.

(...)

31. De antemão, registro posicionamento divergente do externado pela Unidade Técnica, por entender que os argumentos apresentados pela Presidente do IBRAM, **Sra. Jane Maria Vilas Bôas**, não se mostraram suficientes para afastar a sua responsabilidade pelos fatos relatados na Representação n.º 1/2016-DA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

32. Oportuno observar, preliminarmente, que, em linhas gerais, o Sr. Auditor de Controle Externo retoma tese anteriormente defendida pelo Sr. Secretário de Acompanhamento, na Informação n.º 65/2016-SEACOMP (e-doc 59B775C3-e), no sentido de que o fato denunciado – tomamento de patrocínio junto a empresas privadas – não caracterizaria grave infração à norma legal de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial para justificar a penalidade proposta de aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94.

33. Frise-se que a tese em comento já foi rechaçada nos autos, tanto que o Tribunal decidiu, por unanimidade, acompanhando o Voto do Relator, Conselheiro Inácio Magalhães Filho (e-doc DEAD9BB7-e), que acolheu entendimento consignado na Informação n.º 63/2016-3ª Diacomp (e-doc 4170149C-e) e no Parecer n.º 427/2016-DA (e-doc 01363521-e), pela audiência da **Sra. Jane Maria Vilas Bôas** para se manifestar quanto às irregularidades e questões suscitadas no item III da Decisão n.º 5.126/2016, por considerar que o apoio financeiro solicitado pelo IBRAM junto à iniciativa privada caracteriza, sim, ato de improbidade administrativa praticado em afronta ao princípio da moralidade, conduta que sujeita a Presidente daquele Instituto à aplicação da multa prevista no dispositivo supra citado.

34. Para rebater os argumentos de que o ato praticado pelo IBRAM – solicitação de apoio financeiro a empresas privadas cuja atuação é objeto de análise e fiscalização daquela autarquia ambiental, recorro aos argumentos e bases doutrinárias consignadas no Parecer n.º 427/2016-DA, no sentido de que o princípio da moralidade se reveste em pressuposto basilar a ser seguido por todo agente investido em função pública.

35. Não resta dúvidas quanto à imposição constitucional e legal de que os agentes públicos são obrigados a orientar sua atuação administrativa em estrita conformidade com o princípio da moralidade e, se assim não agirem, seus atos carecem de legalidade, sujeitando-os, portanto, à ação das Cortes de Contas e, por consequência, aos rigores da lei.

36. Não é demais repisar os ensinamentos extraídos dos mais eminentes doutrinadores acerca da importância que o princípio da moralidade impõe aos administradores públicos. Celso Antônio Bandeira de Mello (*in*: Curso de Direito Administrativo. Editora Malheiros, 17ª Ed., 2004, pág. 842) nos ensina que “(...) **violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer**. A desatenção ao princípio **implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade**, conforme o escalão do princípio atingido, **porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais (...)**” (grifei).

37. O Ministro Celso de Mello, Relator no Mandado de Segurança n.º 27.141-MC/DF, ressalta posicionamento pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal quanto à importância de estrita



observância aos mandamentos constitucionais para o pleno exercício não apenas da função pública, mas da própria democracia, senão vejamos:

“(...) A submissão de todos à supremacia da Constituição e aos princípios que derivam da ética republicana representa o fator essencial de preservação da ordem democrática, por cuja integridade devemos todos velar, enquanto legisladores, enquanto magistrados ou enquanto membros do Poder Executivo.

Não foi por outro motivo que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao analisar a extensão do princípio da moralidade - que domina e abrange todas as instâncias de poder -, proclamou que esse postulado, enquanto valor constitucional revestido de caráter ético-jurídico, condiciona a legitimidade e a validade de quaisquer atos estatais.

A atividade estatal, qualquer que seja o domínio institucional de sua incidência, está necessariamente subordinada à observância de parâmetros ético-jurídicos que se refletem na consagração constitucional do princípio da moralidade administrativa. Esse postulado fundamental, que rege a atuação do Poder Público, confere substância e dá expressão a uma pauta de valores éticos sobre os quais se funda a ordem positiva do Estado.

O princípio constitucional da moralidade administrativa, ao impor limitações ao exercício do poder estatal, legitima o controle jurisdicional de todos os atos do Poder Público que transgridam os valores éticos que devem pautar o comportamento dos agentes e órgãos governamentais” (Grifei) (Mandado de Segurança n.º 27.141-MC/DF. Relator Ministro Celso de Mello).

38. Além do valor constitucional inerente ao princípio da moralidade, indispensável reconhecê-lo como pressuposto de caráter ético-jurídico a ser observado pelos agentes do Estado para conferir legalidade e legitimidade aos atos por eles praticados.

39. A moralidade mostra-se elemento fundamental que desperta a confiança do povo na Administração Pública e, nesse sentido, exige-se de todo agente público, independentemente da função ou cargo hierárquico porventura assumido, conduta pautada na honestidade, boa-fé, lealdade, impessoalidade, ética, equidade e probidade, elementos que, em última análise, representam a moralidade no trato da coisa pública. Ou seja, a integridade do caráter do agente público revela-se atributo indispensável e indissociável de todo aquele que se presta ao desempenho de função pública.

40. O reconhecimento do caráter ético-jurídico do princípio da moralidade vinculado à Administração Pública não é inovador e as recentes investigações levadas a efeito na operação denominada “Lava Jato” demonstram o quão importante e relevante o exercício desse princípio é para a sociedade. Os desvios de conduta, por mais insignificantes que possam parecer, não podem ser admitidos pelo Estado, sob pena de a população não mais respeitar as instituições



criadas com o intuito de defender o interesse público, desacreditando, por consequência na própria democracia.

41. A Ministra Cármen Lúcia (*in: Princípios Constitucionais da Administração Pública. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. págs. 190, 191 e 193*), já defendia, em suas lições jurídicas, a relevância do princípio da moralidade para a atuação dos agentes públicos, ensinando que:

“(...) Entretanto, se desde a antiguidade a preocupação em que o agente público, aquele que disputasse cargos públicos, fosse cândido no sentido de despido de qualquer mácula (donde a palavra candidato, que veio a nascer daquela exigência, no Estado Moderno, especialmente com o modelo intervencionista que passou a predominar no presente século, a exigência de moralidade administrativa firmou-se como um dos baluartes da confiança do povo no próprio Estado, cujas funções são desempenhadas pelos agentes. A moralidade administrativa tornou-se não apenas Direito, mas direito público subjetivo do cidadão: todo cidadão tem direito ao governo honesto.

(...)

A moralidade administrativa é, pois, princípio jurídico que se espraia num conjunto de normas definidoras dos comportamentos éticos do agente público, cuja atuação se volta a um fim legalmente delimitado, em conformidade com a razão de direito exposta no sistema normativo.

(...)

A moralidade Administrativa legitima o comportamento da Administração Pública, elaborada como ela é por um Direito nascido do próprio povo. Por isso, é o acatamento da moralidade administrativa, como princípio de Direito que dota o sistema de legitimidade, o que se estende à qualificação legítima do Poder do Estado.

(...)

O acatamento do princípio da moralidade pública dá-se pela qualidade ética do comportamento virtuoso do agente que encarna, em determinada situação, o Estado Administrador, entendendo-se tal virtuosidade como a conduta conforme a natureza do cargo por ele desenvolvida, dos fins buscados e consentâneos com o Direito, e dos meios utilizados para o atingimento destes fins.

Por isso, neste final de século, a moralidade administrativa não se restringe à verificação da obtenção de utilidade para a garantia de um determinado interesse público tido como meta da ação do agente. Mais que isto, a moralidade administrativa que se pretende ver acatada adentra o reino da finalidade de garantia da realização dos valores expressos na ideia do Bem e da Honestidade, que se pretendem ver realizados segundo o Direito legítimo” (Grifei).

42. O professor Lucas Rocha Furtado (*in: Curso de Direito Administrativo. 3ª ed. revisada e atualizada. Belo Horizonte: Fórum,*



2012. pág. 92) comunga do mesmo entendimento, quando defende que:

“(…) Não se exige dos administradores públicos o mero cumprimento da lei. De todos os administradores, sobretudo, daqueles que ocupam os cargos mais altos na estrutura do Estado, exige-se muito mais. Exige-se – e se deve exigir – dos ocupantes dos altos cargos do Estado conduta impecável, ilibada, exemplar. Se dos particulares podem ser admitidos pequenos deslizes, pequenas falhas, que merecem a reprovação do Direito (...), tal postura não se pode admitir dos administradores públicos. A moralidade cobra da Administração – e, repito, sobretudo dos ocupantes dos altos cargos de nosso País – conduta exemplar e inatacável.

(...)

A violação da moralidade administrativa importa em ilegitimidade do ato. Não obstante se trate de conceito jurídico vago, sempre que em situações concretas for constatada a sua violação deve ser declarada, quer pela via judicial, quer pela via administrativa, a nulidade do ato” (Grifei).

43. Hely Lopes Meirelles (in: Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2015. Págs. 91/92) entende que:

“A moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (CF, art. 37, caput). Não se trata – diz Hauriou, o sistematizador de tal conceito – da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como ‘o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração’. Desenvolvendo sua doutrina, explica o mesmo autor que o agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto” (Grifei).

44. A própria Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), impõe aos administradores públicos estrita observância ao princípio da moralidade:

“Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos” (Grifei).

45. Como se vê, os princípios que pautam e orientam a Administração Pública não estão hierarquicamente dispostos, não podendo ser interpretados de forma a conferir supremacia entre esses pressupostos. Ao contrário, ao agir, o agente público deve manter estrita e igualitária observância aos princípios mandamentais ali insculpidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 3.274/16e

46. Ao estabelecer os deveres do servidor público, a Lei Complementar n.º 840/11 (Regime Jurídico do Servidor Público do Distrito Federal) impõe que a conduta do agente deve ser “(...) **compatível com a moralidade administrativa**”, conforme explicitamente disposto no artigo 180, inciso XIII, da citada lei.

47. Em outras palavras, o agente público, no desempenho de suas funções, deve manter conduta impecável, ilibada e exemplar para conferir legalidade e legitimidade aos atos administrativos que porventura praticar.

48. No caso concreto, não há dúvidas quanto à solicitação de apoio financeiro promovida pelo IBRAM junto a empresas privadas, conduta assumida pela própria justificante, inclusive com apresentação de documentação comprobatória dos atos por ela praticados.

49. No entendimento ministerial, deficiências estruturais; problemas administrativos e operacionais; insuficiência de pessoal e de orçamento; perda da qualidade do ambiente de trabalho; baixa produtividade e alongamento dos prazos de atendimento às demandas institucionais, nem tampouco a necessidade de aprimoramento interno para melhorar o planejamento, a atuação e a cultura organizacional se mostram argumentos suficientes para justificar a solicitação de apoio financeiro em questão.

50. Ainda que não reste demonstrado conflito de interesses entre o público e o privado com o favorecimento das empresas apoiadoras, a mera possibilidade de o IBRAM priorizar o atendimento dessas empresas é inaceitável, pois coloca sob suspeição todas os procedimentos e análises inerentes à atuação de uma Autarquia criada justamente para defender o interesse da sociedade na condução de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos.

51. Os documentos carreados aos autos, notadamente os Relatórios Históricos de Tramitação de Processos, demonstram que as empresas que efetivamente apoiaram o evento “Seminário de Integração”, **JC Gontijo Engenharia S/A e Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.**, realmente tinham interesses em exame no âmbito do IBRAM – licenciamento ambiental; autorização de corte de árvores; concessão de licença; autos de infração; compensação ambiental; parcelamento de dívida; etc.

52. Se houve ou não favorecimento posterior ao evento é difícil precisar e impossível mensurar. Porém, o certo é que as citadas empresas tinham empreendimentos sob fiscalização do IBRAM ou dependentes da emissão de licenciamento ambiental e, nessa condição, injustificável fossem sequer consultadas para participar como apoiadoras de evento interno do Instituto, pois tal convite compromete, sobremaneira, a independência e a imparcialidade da atuação daquele Instituto.

53. Independentemente da expressividade do valor aportado pelas citadas empresas, no montante de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), ou de a quantia ter sido repassada diretamente pelas apoiadoras ao Hotel Fazenda Vale das Cachoeiras, sem “passar” pelos cofres da Autarquia, entendo que o ato em questão fere frontalmente a



moralidade pública, conforme exposto no Voto proferido pelo Relator do presente feito, Conselheiro Inácio Magalhães.

54. Ademais, ainda que os recursos tenham sido repassados diretamente pelos patrocinadores à entidade realizadora, reitero que esses recursos estão sujeitos à fiscalização do Tribunal, em todas as dimensões previstas no artigo 70 da Constituição Federal – contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabendo ao gestor público responder pela correta aplicação da receita incorporada ao patrimônio do Estado, uma vez que, ao receber o apoio financeiro ora questionado, os valores provenientes do patrocínio devem ser geridos como se públicos fossem, até porque foram desembolsados para o pagamento de despesas referentes a serviços prestados diretamente ao IBRAM, custeando atividade prevista no planejamento operacional do Instituto, cuja realização e resultados devem constar dos seus relatórios anuais.

55. Nesse contexto, reitero entendimento no sentido de que não se mostra razoável o IBRAM solicitar apoio financeiro a empresas de engenharia que têm interesses diretamente ligados à atuação da Autarquia para darem seguimento aos empreendimentos comerciais que desenvolvem no Distrito Federal. Não é demais destacar que o IBRAM é responsável pela análise e fiscalização dos projetos com potenciais riscos de prejuízos ao meio ambiente e pela emissão dos licenciamentos ambientais determinantes para que tais empreendimentos se efetivem.

56. As alegações de que a iniciativa teve por base a ausência de vedação legal e que outros órgãos públicos também recorrem à prática de apoio financeiro para realização de eventos como o realizado pelo IBRAM não devem prosperar.

57. Conforme já exposto, a solicitação de apoio financeiro promovida pela **Sra. Jane Maria Vilas Bôas** junto a empresas privadas revela flagrante inobservância ao princípio constitucional da moralidade constante do **caput** do art. 37 da Constituição Federal, posto que se reveste de conflito de interesses, contrariando o disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/92⁵, podendo caracterizar ato de improbidade administrativa, consoante **caput** do art. 11 do citado diploma legal, sendo inaceitável que os agentes públicos se utilizem dessa prática.

58. No mesmo sentido, o argumento de que foram “convidados” para participação no evento em tela somente comissionados do IBRAM por integrarem “(...) profissões técnicas afins à missão do órgão e pertencentes às carreiras públicas do Distrito Federal, já que a dedicação integral permite a realização de trabalho nos finais de semana, sem remuneração de hora ou pagamento de diárias”, também não se sustenta.

⁵ Lei n.º 8.429/92: “Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos”.

“Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições (...)” (Grifei).



59. Ora, por se tratar de evento integrante do planejamento operacional do Instituto, de caráter voluntário e de livre adesão por parte dos profissionais do Instituto, servidores interessados em contribuir para a melhoria do órgão, nada impediria que o convite fosse estendido a todos os funcionários do IBRAM e, caso o número de interessados em participar superasse o limite de vagas (60 participantes), outras alternativas poderiam ser adotadas, até mesmo o sorteio de vagas.

60. Além disso, não prospera a alegação de que "(...) nenhum lugar no Distrito Federal ou arredor oferece o mesmo tipo de serviço pelo montante diário citado, o que demonstra o custo-benefício da contratação, principalmente porque esta Autarquia não tem conhecimento de que as entidades destinadas a capacitação de servidores públicos, como a ENAP e a Escola de Governo, estejam preparadas para implementar a metodologia de imersão cujo sucesso depende da disponibilidade e do envolvimento em tempo integral dos participantes".

61. Em consulta ao sítio eletrônico da Escola Nacional de Administração Pública, verifica-se que aquela escola de formação e aperfeiçoamento do servidor público desenvolve oficinas e cursos com a utilização das mais diversas metodologias, referenciais e ferramentas disponíveis, com resultados expressivos no desafio de capacitar profissionais gestores para atuação em todo o país.

62. Ademais, os documentos carreados aos autos não trazem consultas ou pesquisas de preços realizadas com instituições especializadas em eventos com a natureza e a metodologia envolvida no "Seminário de Integração", não havendo, portanto, elementos suficientes para comparação de custos e ateste de que os valores praticados estavam ou não em conformidade com o mercado.

63. Nesse diapasão, entendo que não houve comprovação, clara e inequívoca, da vantajosidade do dispêndio dos recursos recebidos a título de apoio financeiro para o evento em comento, não se podendo atestar a regularidade e a conformidade do patrocínio obtido com os objetivos para os quais foi solicitado e concedido, nem tampouco a economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações adotadas para consecução do "Seminário de Integração", notadamente no que diz respeito à comprovação de que os resultados advindos do aludido evento foram determinantes para a promoção e aperfeiçoamento da gestão ambiental do Distrito Federal.

64. Diante de todo o exposto, reitero entendimento no sentido de considerar irregular a solicitação e o recebimento, ainda que de forma indireta, de apoio financeiro às empresas **JC Gontijo Engenharia S/A** e **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.** para custear evento interno promovido pelo IBRAM, posto que a situação constitui, sim, conflito de interesse entre o público e o privado, na medida em que as empresas apoiadoras têm interesse direto em decisões adotadas na esfera administrativa de competência daquela Autarquia ambiental, no caso, a emissão de licença ambiental para o desenvolvimento de empreendimentos comerciais que integram o rol



de atuação das referidas empresas, podendo o patrocínio comprometer a licitude dessas decisões.

65. Ainda que não trate de despesa pública ou não envolva as fiscalizações previstas no art. 70 da Constituição Federal, não há dúvidas de que o apoio financeiro ocorreu, fato que impõe a pronta atuação do Tribunal de Contas como órgão de controle externo, em razão das competências constitucionais que lhe foram conferidas para fiscalizar os órgãos e entidades distritais quanto à estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública, dentre os quais, o princípio da moralidade, que, caso não observado em sua integralidade, pode ensejar a ilegalidade dos atos praticados pelo agente público e, por consequência, sujeitá-lo às penalidades previstas em lei.

66. No mais, apesar de a empresa **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.** não ter sido chamada em audiência para se manifestar quanto ao apoio concedido, considero que eventuais informações porventura ofertadas pela citada empresa não deverão influenciar nas análises ora efetuadas, razão pela qual entendo desnecessária sua oitiva no atual momento processual.” (grifos do original)

Ao final do parecer, o d. Procurador do Parquet especial, Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, *“lamentando dissentir do posicionamento expendido pela Unidade Técnica”*, sugeriu ao eg. Plenário que:

- I. tome conhecimento das razões de justificativa e documentos apresentados pela Sra. Jane Maria Vilas Bôas, Presidente do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, em resposta ao item III da Decisão n.º 5.126/2016 (e-doc 28CB0DE7-c);
- II. considere insuficientes e insatisfatórios os argumentos apresentados pela justificante para, no mérito, julgar improcedentes as razões de justificativa ora examinadas;
- III. delibere quanto à aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94 à Sra. Jane Maria Vilas Bôas, Presidente do IBRAM, em face das seguintes irregularidades apontadas na Representação n.º 1/2016-DA:
 - a) solicitação de apoio financeiro promovida junto às empresas JC Gontijo Engenharia S/A e Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda. em ofensa ao princípio constitucional da moralidade constante do caput do art. 37 da Constituição Federal, ante o conflito de interesses configurado no comprometimento das ações institucionais do IBRAM na fiscalização e concessão de licenciamento ambiental de empreendimentos de interesse das referidas empresas, procedimento que contraria o disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/92 e se enquadra nas condições previstas no caput do art. 11 deste diploma legal, posto que constitui ato de improbidade administrativa;
 - b) ausência de comprovação inequívoca da vantajosidade do dispêndio dos recursos recebidos a título de apoio financeiro,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 74F845FC-e
Proc 3274/2016-e

Proc.: 3.274/16e

de modo a atestar que a aplicação do patrocínio se deu em conformidade com o mercado e com os objetivos para os quais foi solicitado e concedido;

- c) ausência de comprovação da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações adotadas para consecução do evento "Seminário de Integração", em especial, a comprovação de que os resultados advindos do aludido evento foram determinantes para a promoção e aperfeiçoamento da gestão ambiental do Distrito Federal;*
- IV. delibere, ainda, em face da gravidade dos fatos ora apurados, acerca da aplicação da penalidade prevista no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94 à Sra. Jane Maria Vilas Bôas, Presidente do IBRAM, inabilitando-a para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal;*
- V. autorize:*
 - a) a ciência da Sra. Jane Maria Vilas Bôas, Presidente do IBRAM, quanto ao teor da decisão que vier a ser proferida nos autos;*
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento - Seacomp/TCDF, para as providências de alçada."*

DESPACHO SINGULAR N.º 213/17 – GCIM

No dia 17.03.2016, a empresa JC Gontijo Engenharia S.A., por meio de seus representantes legais, requereu cópia da última manifestação do corpo instrutivo e do Ministério Público carreadas ao presente feito (e-DOC AF6AF58B-c).

Por intermédio do **Despacho Singular n.º 213/17 – GCIM** (e-DOC BA70A0CF-e), de 22.03.2017, deferiu-se, *"em prol do princípio da publicidade, (...) o fornecimento de cópia da Informação nº: 07/2017 3ª Diacomp (peça 78; e-DOC 2CDE6C8C-e) e do Parecer n.º 194/2017-DA (peça 81; e-DOC 2F62B1EE-e) ao requerente, nos termos previstos no art. 131 do RI/TCDF"*.

É o relatório.



VOTO

A presente fase processual trata do **exame das razões de justificativa (e demais documentos) encaminhados pela Sr^a. Jane Maria Vilas Bôas** (Presidente do Ibram/DF⁶), constantes do e-DOC 28CB0DE7-c, em razão das falhas e questões apontadas no item III da Decisão n.º 5.126/2016, a saber:

“a) solicitação de apoio financeiro promovida junto a empresas privadas; situação que fere o princípio constitucional da moralidade constante do “caput” do art. 37 da CF/88, reveste-se de conflito de interesses, contraria o disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/1992 (também conhecida como Lei da Improbidade Administrativa) e enquadra-se nas condições previstas no “caput” do art. 11 da mesma lei, constituindo ato de improbidade administrativa;

b) comprovação da vantajosidade do dispêndio dos recursos recebidos a título de apoio financeiro, de modo a atestar que a aplicação do patrocínio se deu em conformidade com os objetivos para os quais foi solicitado e concedido;

c) comprovação da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações adotadas para consecução do evento “Seminário de Integração”, em especial a sua adequação para promoção e aperfeiçoamento da gestão ambiental do Distrito Federal;

d) razão para seleção dos participantes do evento “Seminário de Integração” restrita a apenas servidores comissionados do Ibram;

e) decisão de deslocar 60 (sessenta) servidores a outra cidade (Novo Gama - GO), em detrimento das opções disponíveis no Distrito Federal, a exemplo da Escola de Governo do Distrito Federal e da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, cuja função é exatamente qualificar servidores públicos;”

Preliminarmente, porém, destaco que a Representação n.º 01/2016-DA foi considerada **procedente**, no mérito, conforme se verifica no item da Decisão n.º 5.126/2016, proferida, por unanimidade⁷, por esta Corte de Contas, tendo em conta que:

*“a solicitação de apoio financeiro promovida pelo Ibram-DF junto a empresas privadas que atuam sob a órbita de sua atividade jurisdicional fere o princípio constitucional da **moralidade** constante do “caput” do art. 37 da CF/88, reveste-se de **conflito de interesses**, contraria o disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/1992 e enquadra-se nas condições previstas no “caput” do art. 11 da mesma lei, constituindo **ato de improbidade administrativa**”.* (grifos nossos)

Lembro, ainda, que a aludida deliberação plenária sequer foi objeto de recurso (no caso, Pedido de Reexame); permanecendo, portanto, válido e vigente tal posicionamento.

⁶ Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental.

⁷ Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 3.274/16e

Esclareço que o Ibram/DF solicitou apoio financeiro a 3 (três) empresas para a realização do evento “Seminário de Integração”, ocorrido entre os dias 22 e 24 de janeiro de 2016, no Hotel Fazenda Vale das Cachoeiras, em Novo Gama (GO), para 60 servidores comissionados, com hospedagem e alimentação incluídas.

No entanto, apenas as empresas JC Gontijo Engenharia S.A. e Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda. contribuíram com os valores de R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00, respectivamente, enquanto que a Cimento Planalto S.A. – Ciplan não participou com qualquer aporte financeiro. Inclusive, trago à baila a resposta da empresa Ciplan ao pedido formulado pelo Ibram/DF:

“(…) Com a grave situação econômica que atravessa o país, o aumento das taxas de desemprego e de impostos, entendemos que nosso apoio financeiro à sociedade é mantermo-nos rigorosamente em dia com nossas obrigações financeiras perante nossos funcionários e fornecedores, além do recolhimento, também em dia de tributos e taxas determinadas pelo poder público. Por fim, ressaltamos que não patrocinamos ou oferecemos apoio financeiro e nunca o fizemos, seja a este d. IBRAM ou a qualquer órgão administrativo do Distrito Federal ou de outros Estados da Federação.” (sublinhei)

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva propõe ao Tribunal: tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pela responsável, considerando-as procedentes; dar ciência aos interessados; e autorizar o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para fins de arquivamento⁸.

O parecer do MPjTCDF é divergente da instrução. O i. Procurador do *Parquet* especial, Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, pugna por: considerar insuficientes e insatisfatórios os argumentos apresentados pela justificante para, no mérito, julgar improcedentes as razões de justificativa ora examinadas; deliberar quanto à aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, e da penalidade indicada no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/1994 à referida responsável, em face das irregularidades apontadas na Representação n.º 1/2016-DA e em face da gravidade dos fatos ora apurados; dar ciência da Decisão que vier a ser proferida nos autos à interessada; e autorizar o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para as providências de alçada.

Inicialmente, quanto à preliminar suscitada pela Sr^a. Jane Maria Vilas Bôas (no sentido de ser promovida a oitiva da empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda., em atenção ao contraditório e à ampla defesa, antes de deliberar quanto ao mérito das razões de justificativa encaminhadas), considero que as ponderações lançadas pelo n. Procurador do *Parquet* especial não merecem qualquer reparo, razão pela qual peço vênias para transcrevê-las na sequência, por refletirem integralmente o meu entendimento acerca dessa questão:

⁸ “42. Sobre o pedido que faz a responsável para que seja ouvida, preliminarmente, a empresa Geo Lógica, em atenção ao contraditório e à ampla defesa, entendemos que, caso o TCDF acolha as sugestões da Unidade Técnica, tomando como procedentes as razões de justificativa, não haverá necessidade de ouvir-se a citada empresa. Porém, no caso de divergir desta Unidade Técnica, deverá a eg. Corte atentar para a observância dos citados princípios e facultar à empresa em questão seu pronunciamento nos autos, antes de se manifestar sobre o mérito.”



“7. Preliminarmente, entendo superada a questão preliminar suscitada pela justificante quanto à oitiva da empresa **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.**, que não teria sido chamada a se manifestar nos autos, apesar de ter contribuído com **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) para a realização do evento “Seminário de Integração”, fato que somente foi conhecido pelo Tribunal após os esclarecimentos obtidos em resposta ao item II da Decisão n.º 470/2016.

8. Conforme exposto no Voto condutor da Decisão n.º 5.126/2016 (e-doc DEAD9BB7-e), os esclarecimentos fornecidos pelo IBRAM e pelas empresas **JC Gontijo Engenharia S/A** e **Cimento Planalto S.A. – Ciplan**, em atenção à Decisão n.º 470/2016, mostraram-se suficientes e bastantes para demonstrar que, de fato, houve solicitação de apoio financeiro a **03 (três) empresas privadas** para a realização do aludido evento, sendo que apenas as empresas **JC Gontijo Engenharia S/A** e **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.** atenderam ao pleito, contribuindo com **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) e **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), respectivamente, enquanto a **Cimento Planalto S.A. – Ciplan** não teria participado com aporte financeiro.

9. Portanto, as informações e elementos carreados aos autos não deixam dúvidas de que a solicitação de apoio financeiro ocorreu e que houve contribuição privada para a realização do evento “Seminário de Integração”. Nesse contexto, ainda que uma das empresas patrocinadoras não tenha sido chamada a se manifestar nos autos, considero que eventuais esclarecimentos porventura fornecidos pela empresa **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.** não deverão trazer elementos desconhecidos do Tribunal, não se fazendo necessária, portanto, a audiência da citada empresa, podendo o Tribunal decidir com base na documentação apresentada em sede de razões de justificativa.” (grifos do original)

Superada a preliminar, destaco que, conforme exposto anteriormente, o entendimento firmado, por unanimidade, por esta Casa, de que a solicitação de apoio financeiro promovida pelo IBRAM/DF junto a empresas privadas que atuam sob a órbita de sua atividade jurisdicional fere o princípio constitucional da moralidade, reveste-se de conflito de interesses em afronta ao disposto no art. 4º da Lei n.º 8.429/1992.

Compulsando os autos, verifico que a própria gestora responsável reconhece que o procedimento adotado pelo IBRAM/DF não foi o mais adequado, uma vez que poderia ter sido promovido chamamento público no lugar de simples solicitação de apoio financeiro a empresas que possuem interesses junto àquela entidade, conforme transcrito a seguir:

“Como já foi explicado, a realização de um seminário de integração no final de semana – sem impacto no atendimento ao público, no correto desenvolvimento das atividades ordinárias e no orçamento – pareceu ser uma boa ideia, principalmente porque o patrocínio privado a eventos públicos ou que envolvam órgãos de natureza pública não é uma exceção, embora esta Presidência reconheça que algumas providências pudessem ter sido tomadas antes da



realização do evento – para afastar qualquer tipo de questionamento
– **como a realização de chamamento público, por exemplo.**”
(grifei)

Como se verifica nas justificativas encaminhadas pela dirigente máxima do Ibram/DF, tenho que o caráter pedagógico da atuação desta Corte de Contas já restou sobejamente demonstrado, não se tendo quaisquer notícias de repetição de falhas e impropriedades de mesma natureza no âmbito do Ibram/DF.

Explico, ainda, que a procedência parcial das razões de justificativa (em detrimento da proposta do órgão ministerial de considerá-las improcedentes) decorre do fato de as irregularidades indicadas nas alíneas “d” e “e” do item III da Decisão n.º 5.126/2016 terem sido afastadas (inclusive pelo *Parquet* especial, conforme se verifica nas sugestões constantes do item III do parágrafo 67 do Parecer n.º 194/2017–DA).

A meu sentir as falhas objeto de audiência não se revestem de gravidade necessária para aplicação da sanção de inabilitação de gestor público conforme propugna o corpo instrutivo.

Por seu turno, a aplicação de multa à gestora chamada em audiência deve ser afastada em face da baixa materialidade do valor total envolvido (R\$ 15 mil) no apoio financeiro inadvertidamente obtido pelo Ibram/DF junto às empresas privadas Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda. e JC Gontijo Engenharia S.A., posto que conforme discorrido anteriormente situação de idêntica natureza não mais tornou a ocorrer no âmbito da jurisdicionada.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. tome conhecimento:
 - a) das razões de justificativa e documentos apresentados em atenção ao item III da Decisão n.º 5.126/2016 (e-DOC 28CB0DE7-c);
 - b) da Informação n.º 07/2017-3ª Diacomp (e-DOC 2CDE6C8C-e);
 - c) do Parecer n.º 194/2017–DA (e-DOC 2F62B1EE-e);
- II. considere parcialmente procedentes as razões de justificativa encaminhadas pela Srª. Jane Maria Vilas Bôas (Presidente do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – Ibram/DF), deixando de aplicar à responsável a sanção prevista no art. 57, inciso II, da LC n.º 01/1994, ante a baixa materialidade dos valores envolvidos e que fatos de idêntica natureza não mais ocorreram no âmbito da jurisdicionada, afigurando o caráter pedagógico da atuação do Tribunal.
- III. dê ciência da Decisão que vier a ser proferida ao Representante, ao Ibram/DF e às empresas José Celso Gontijo Engenharia S.A. – JC Gontijo, Ciplan – Cimento Planalto S/A. e Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda.;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 74F845FC-e
Proc 3274/2016-e

Proc.: 3.274/16e

- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 18 de julho de 2017.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator